



INSTITUTO DE HUMANIDADES
BACHARELADO INTERDICPLINAR EM HUMANIDADES

ISMAIL AMADU BALDÉ

**ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO EM GUINÉ-BISSAU:
PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PORTO DE BUBA**

REDENÇÃO - CE

2018

ISMAIL AMADU BALDÉ

**ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO EM GUINÉ-BISSAU:
PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PORTO DE BUBA**

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de projeto do Curso de Bacharelado em interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Ossagô de Carvalho

REDENÇÃO - CE

2018

LISTA DE SIGLAS

- CEDEAO - Comunidade Econômica de Estados de África Ocidental
- CFA - Comunidade Financeira Africana
- DENARP - Documento de Estratégia Nacional de Redução de Pobreza
- EII - Estratégia das Indústrias Industrializantes
- EPE - Estratégia de Promoção de Exportações
- ESI - Estratégia de Substituição das Importações
- IBAP - Instituto da Biodiversidade das Áreas Protegidas
- IDH - Índice do Desenvolvimento Humano
- INE - Instituto Nacional de Estatísticas
- ONU - Organização das Nações Unidas
- OUA - Organização da Unidade Africana
- PIB - Produto Interno Bruto
- PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- UA - Unidade Africana
- UEMOA - União Monetária e Econômica Oeste Africano
- UICN - *Union Internationale pour la Conservation de la Nature* (União Internacional para Conservação da Natureza)
- UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	5
2 JUSTIFICATIVA	8
3 DELIMITAÇÃO DE TEMA/PROBLEMATIZAÇÃO	10
4 OBJETIVOS	12
4.1 OBJETIVO GERAL.....	12
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	12
5 HIPÓTESE	13
6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
6.1 ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO NO CONTEXTO AFRICANO PÓS- INDEPENDÊNCIA	14
6.2 ESTRATÉGIAS DO DESENVOLVIMENTO EM GUINÉ-BISSAU: CONTEXTO A PARTIR DE DOCUMENTO DE ESTRATÉGIA NACIONAL DE REDUÇÃO DE POBREZA (DENARP)	19
6.3 CONTEXTUALIZAÇÕES DA CIDADE DE BUBA: ESTRATÉGIA DE CONSTRUÇÃO DE PORTO DE BUBA COMO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	21
6.3.1 Rio Grande de Buba	22
6.3.1.1 Contextualização do conceito do porto e sua importância para Buba.....	23
7 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	25
REFERÊNCIAS	27

1 APRESENTAÇÃO

A República da Guiné-Bissau fica situada na Costa Ocidental do Continente Africano, estendendo-se por uma superfície total de 36.125 km², sendo limitada ao Norte por Senegal, ao Sul e ao Leste pela República de Guiné-Conacri (ex-colônia francesa) e a Oeste pelo Oceano Atlântico, com 88 ilhas situadas no arquipélago de *Bijagós*¹, afirma Augel (2007). Salienta-se que a superfície habitável é de apenas 24.800 km², devido às terras inutilizadas por causa das marés fluviais e pelo alagamento causado pelas chuvas regulares e periódicas.

Augel (2007) salienta que Guiné-Bissau é um país plano, de clima tropical, com várias florestas e selvas que ocuparam a zona ocidental, enquanto que a zona continental do território é ocupada por numerosos rios dos quais se destacam os seguintes: Rio Geba, Cacheu, Farim, Corubal, Cacine e o Rio Grande de Buba, todos com inúmeros braços. Estima-se que sua população seja de 1.584.791 habitantes, conforme dados de Instituto Nacional de Estatística (INE, 2018).

Benzinho e Rosa (2015, p. 15), por sua vez, afirmam que:

a temperatura média anual no país é de 26,8 graus. Os períodos mais frescos são entre os meses de dezembro e janeiro e os mais quentes são entre os meses de março a maio. Já os meses mais pluviosos são os de julho e de agosto.

No que diz respeito à divisão administrativa, o país está constituído por nove regiões, incluindo o setor autônomo de Bissau (Centro Administrativo), Oio, Cacheu, Biombo, Quinara, Tombali, Bolama-Bijagós, Gabu e Bafatá.

A União Internacional de Conservação da Natureza (UICN, 2000, p. 4, *tradução nossa*), por sua vez, refere a “agricultura e a pesca como principais atividades econômicas do país. A castanha de caju, óleo de palma, madeira, peixe e amendoim são os principais produtos de exportação”². O Produto Interno Bruto (PIB) é estimado em 7,95% no ano 2015, conforme dados do Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP, 2011, p. 125).

Buba é uma das 111 cidades da região administrativa de Quinara³ situada na Zona Sul da Guiné-Bissau, junto ao estuário do Rio Grande de Buba, localizado a 223 km de Bissau, com uma superfície total de 744,2 km² e uma população estimada em 17.123 habitantes, habitada

¹ O Arquipélago ocupa uma área de 10.000 km² e é formado por 40 ilhas e ilhéus, mas apenas cerca de metade são habitáveis. Foi declarado “Reserva da Biosfera” pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1996.

² “*L’agriculture et la pêche en tant que principales activités économiques du pays. Les noix de cajou, l’huile de palme, le bois, le poisson et les cacahuètes sont les principaux produits d’exportation*”.

³ Uma das 8 regiões que compõe a república da Guiné-Bissau localizada na Província Sul.

pela etnia Biafadas, Mandinga, com menor percentagem de Fulas, Balantas, Manjacos e Papeis⁴ (BENZINHO; ROSA, 2015).

A cidade de Buba limita-se ao Norte pelo rio Corubal; ao Sul pelo rio Cumbidjã, a Leste pelo setor de Quebo e a Oeste pelos setores de Empada e de Fulacunda⁵, afirma Baldé (2008). Faz-se necessária, igualmente, uma abordagem sobre alguns aspectos sociais e culturais dessa cidade. O plano estratégico operacional estabeleceu um mapa econômico baseado em nove polos com atividades econômicas, emprego, infraestrutura, a partir do qual a cidade de Buba será uma das principais plataformas logísticas de envergadura regional de agricultura, pesca, exportação e diversas atividades de caráter econômico.

Conforme Assembleia Nacional Popular (REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, 1996), com base nos Princípios Fundamentais da Natureza e Fundamentos do Estado Guineense, a Guiné-Bissau é uma república cujo sistema político é democrático e semipresidencial, no qual o presidente é o chefe de Estado e o primeiro ministro é o chefe de governo. O poder é exercido pelo governo em colaboração com o Poder Legislativo, que é exercido tanto pelo governo quanto pela Assembleia Nacional Popular. A sua moeda oficial é o Franco - CFA (Comunidade Financeira Africana), utilizado pela maioria dos países da União Monetária e Econômica Oeste Africano (UEMOA). A Guiné-Bissau é uma República soberana, democrática, laico e unitária, o que implica liberdade de afirmação política, religiosa e cultural a qualquer cidadão guineense (REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, 1996).

Nas últimas décadas, o país vivenciou situações sociopolíticas marcadas por rupturas políticas e crises multidimensionais como consequência do conflito político-militar de 07 de junho de 1998. Registrou-se um atraso na execução das políticas públicas ambiciosas e eficazes, motivados pelas instabilidades institucionais que permanecem há mais de duas décadas e justificam a acumulação do déficit social e agravação da pobreza em todas as regiões da Guiné-Bissau. Os conflitos institucionais são sempre responsáveis pelo atraso na construção de um Estado democrático e desenvolvido.

Nesse âmbito, Teixeira (2003) considera que os conflitos institucionais instauraram um grande regime de atraso do sistema político democrático em África, o qual admitiu a existência do mesmo cenário na Guiné-Bissau, entre 1998 a 2003, uma tendência à instalação dos regimes

⁴ São grupos étnicos que compõem a população guineense. Disponível em: <<https://bit.ly/2yisE7y>>. Acesso em: 15 out. 2018.

⁵ Rio Corubal é um dos rios da Guiné-Bissau que possui seu início no maciço de Futa Djalón (Guiné-Conakry) e desagua no estuário de rio Geba; o Rio Cumbidjã está situado na zona Sul do país; Quebo é um dos setores que compõe a Região de Iombali; enquanto Empada e Fulacunda pertencem à Região de Quinara, ambos localizados na Província Sul da Guiné-Bissau.

autoritários mediante golpes de Estado, o que significa a instalação de regimes militares, fato que mergulhou o país numa situação de decadência econômica e constantes crises institucionais. Devido a esses fatores, o país continua numa instabilidade política crônica e de subdesenvolvimento.

A instabilidade sempre foi motivadora do retrocesso nas zonas de conflito, algo que justifica o grande atraso que sempre constitui um dos grandes desafios para maioria dos países africanos, igual ao caso da Guiné-Bissau, dado que os fatores acima citados impossibilitam a consolidação das agendas do desenvolvimento, gerando, assim, a precariedade em diversos setores da vida social, como: emprego, saúde, educação, infraestrutura e transporte público. Diante dessa preocupação, o presente trabalho propõe analisar as estratégias de desenvolvimento em Guiné-Bissau através do processo de construção de Porto de Buba, como sendo um local extremamente viável para o processo da industrialização no país dada a sua localização estratégica; do mesmo modo, buscar identificar de que maneiras a construção do Porto de Buba pode cultivar o processo de desenvolvimento em Guiné-Bissau, especificamente do setor de Buba.

2 JUSTIFICATIVA

Na qualidade de cidadão guineense, natural do próprio local em estudo, “a cidade de Buba”, e ciente das diversas necessidades ausentes ali, que, de certa forma, poderiam possibilitar o processo de desenvolvimento sustentável e bem-estar social, sinto-me vítima dos problemas que afetam essa sociedade, uma vez integrante dela. Então, essa e mais outras questões justificam a escolha do tema em questão, pois se tem verificado, ao longo dos tempos, o dilema da possível construção de um porto na cidade de Buba, justificado através das estratégias e condições naturais que o lugar apresenta para execução da exploração dos recursos minerais de determinadas regiões do país.

Partindo dessa lógica, percebi que é interessante escolher um enfoque por meio de uma abordagem que consiste em analisar as possíveis configurações que o projeto irá colocar à disposição do país. Na verdade, Guiné-Bissau é um dos países com baixo índice de desenvolvimento humano, no qual a pobreza multidimensional está “baseada na privação e afeta a grande maioria da população guineense, a proporção de pobres é de 34% em áreas urbanas (20% em Bissau), mas atinge 90% em áreas rurais” (PNUD, 2016, p. 13).

Então, essa realidade se traduz praticamente no desemprego, na precariedade em saúde e na educação, tornando o país mais dependente da ajuda externa em vez do seu PIB, o que, muitas vezes, acaba por ser descontado pelos doadores noutros setores da produção econômica do país de uma forma simulada (nesse caso, no setor da pesca, floresta e demais), em que o país perde muito em relação àquilo que foi doado. Nesse caso, existe grande necessidade de estabelecer investimentos internos, a fim de estimular empregos em função do crescimento econômico. Apesar dos motivos acima destacados, percebemos que, por mais que o país precise de mecanismos para efeito de tal, há necessidade de analisar o processo do desenvolvimento e suas diversas relações, para, assim, compreender os seus benefícios e eventuais prejuízos.

Com base nisso, a elaboração deste projeto de pesquisa se justifica por propor medidas para alcançar a independência econômica por meio de investimentos internos em diferentes áreas de produção existentes no país, o que permitirá acesso ao emprego no país e, conseqüentemente, um aumento significativo do seu PIB.

No âmbito acadêmico, a importância deste projeto justifica-se pela dimensão da sua discussão: “estratégias de desenvolvimento”, norteado de caráter científico e interessante ao estudo das Ciências Humanas, tanto para pensar os processos das políticas públicas do país, uma vez que se encontra ainda na procura de caminhos viáveis no processo de desenvolvimento, e que precisa perceber as distintas configurações que o referido processo é capaz de

proporcionar através das produções acadêmicas, não somente no presente, quanto servirá de base para diversas produções acadêmicas futuras do mesmo gênero.

No que se refere a sua importância no campo social, procura criar uma visão de modo como se dá as configurações e os impactos do processo de desenvolvimento para a sociedade por diversas formas da intervenção social e debates acerca do desenvolvimento. Ao passo que no contexto político, serve de proposta ao estado no sentido de pensar uma política que visa promover um desenvolvimento endógeno. E por outro lado, proporcionar uma análise acerca da viabilidade dos modelos de desenvolvimento ao país, na implementação das políticas públicas e desafios da agenda que visa ao processo de “desenvolvimento”, o que permitirá tirar ilações sobre o assunto proposto.

3 DELIMITAÇÃO DE TEMA/PROBLEMATIZAÇÃO

O Rio Grande de Buba fica localizado na Província Sul de Guiné-Bissau, concretamente na região administrativa de Quinara, localizada a 221 km da cidade de Bissau, cujo rio é denominado pelo mesmo nome; “Rio Grande de Buba”, que já tem sido uma atração desde a época ultramarina por parte das autoridades coloniais, tendo em conta a enorme potencialidade que apresenta em termos dos recursos naturais. Na narrativa de viagem do Vasco da Gama, em 1499, a cidade foi conhecida pela primeira vez pelos marinheiros através dos seus bancos de areia e, especialmente, de seus abrigos, o que motivou uma forte presença dos portugueses ali do século XV ao século XX (UICN, 2000). Apesar desses e outros motivos, o foco do nosso estudo será apenas a partir do período de 2009-2015, concretamente na cidade de Buba.

O processo de desenvolvimento tem sido um dos maiores desafios para Guiné-Bissau devido à falta das políticas públicas viáveis por parte do Estado e de setor privado no que se refere ao empreendedorismo. Mesmo assim, o país dispõe de vários recursos que, de certa forma, poderiam ser aproveitados para contribuir para o referido processo, com o intuito de dinamizar e promover o desenvolvimento por intermédio de investimentos de forma endógena. Existem poucos investimentos (nesse caso, grandes indústrias e as empresas) que possam contribuir neste processo. Diante disso, a nossa preocupação diz respeito à forma como se pode implementar as estratégias do desenvolvimento em Guiné-Bissau, especificamente para cidade de Buba, por conta de ser caracterizada como um dos locais extremamente viáveis para contribuição nesse processo dada as suas vantagens em termos estratégicos.

O país apresenta enorme potencialidade em termos dos recursos naturais, que supostamente poderiam lhe permitir uma economia diversificada e bem-sucedida, mas continua desprovido de muitos elementos básicos necessários para o bem-estar social, no que se refere à eletricidade, água potável, saúde, educação, infraestrutura, etc.

Barros (2014) afirma que uma das necessidades mais urgente da sociedade guineense é reverter o quadro de pobreza extrema e permitir o acesso a serviços sociais básicos com vistas a garantir o bem-estar social. Sendo um país carregado de enormes desafios no processo da implementação de agenda de desenvolvimento, dispõe, entretanto, de muitos recursos que lhe permitem ter grandes indústrias.

Diante desse contexto, faz-se necessário perceber quais são as configurações e as possibilidades necessárias para consolidação do processo de desenvolvimento em Guiné-

Bissau, principalmente no local em que se encontra o porto. Partindo desse pressuposto, percebemos que existe uma necessidade de saber qual é a visão da sociedade relativamente ao processo do desenvolvimento, uma vez que ela é considerada como o sujeito principal na construção do bem coletivo.

Por outro lado, vale questionar: apenas essa construção pode garantir serviços básicos (saúde, educação, energia, transporte e infraestrutura) à população?

Partindo desse pressuposto, surgiu a necessidade de perceber como a construção de futuro Porto de Buba pode contribuir para o processo de desenvolvimento da Guiné-Bissau, especialmente para a cidade de Buba; uma vez que será o lugar-chave desse feito. Questiona-se ainda, quais estratégias devem ser adquiridas na consolidação do processo com diversos atores sociais? Esses e outros problemas serão respondidos no desenvolvimento do trabalho, em cada passo delimitado.

4 OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

- Analisar as estratégias do desenvolvimento em Guiné-Bissau e o processo de construção do Porto de Buba.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Refletir que tipo de desenvolvimento o porto de Buba proporcionará ao país;
- Compreender os motivos da estagnação de construção desse porto até o presente momento;
- Analisar a intervenção do estado guineense no referido processo.

5 HIPÓTESE

Análise das estratégias do desenvolvimento em Guiné-Bissau através de construção de porto de Buba, proporcionará uma visão ampla relativamente a agenda do desenvolvimento sustentável com vista às oportunidades do emprego bem como acordos de cooperação entre a Guiné-Bissau e os países parceiros em diferentes domínios.

6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Partindo do pressuposto de que as cidades portuárias sempre se apropriam dos recursos necessários para a consolidação do processo de desenvolvimento, para efeito desta análise, o presente trabalho será estruturado em seguintes sessões. Em princípio, iremos discutir as estratégias de desenvolvimento no contexto africano pós-independência; na segunda parte, destacaremos as estratégias do desenvolvimento em Guiné-Bissau: contexto a partir de Documento de Estratégia Nacional de Redução de Pobreza (DENARP, 2011); a terceira tratará da contextualização da cidade de Buba: estratégia de construção de Porto de Buba como desenvolvimento regional; e, por último, faremos uma caracterização de Rio Grande de Buba, para, assim, destacar algumas contribuições que as cidades com portos dispõem no processo de industrialização, bem como perceber aspectos conceituais existentes dos assuntos abordados.

6.1 ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO NO CONTEXTO AFRICANO PÓS-INDEPENDÊNCIA

Ao longo dos tempos, a redução de pobreza tem sido uma das preocupações das Organizações das Nações Unidas (ONU), juntamente com a chamada Declaração dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, nos finais de século XX; contudo, esse debate já teve início há muito tempo (ROLIM, 2009).

Assim, percebe-se que a prioridade de alguns países está extremamente voltada à promoção do desenvolvimento econômico, no qual se encontra reunida uma série de compromissos com vistas à melhoria de qualidade de vida da população.

Desse modo, o ponto focal da nossa análise nesta sessão está, basicamente, nos planos de desenvolvimento desencadeados pela África durante o período pós-independência.

Depois desse período, foram criadas as seguintes organizações africanas: Comunidade Econômica de Estados de África Ocidental (CEDEAO), em 1975, e a Organização da Unidade Africana (OUA), criada em 25 de maio de 1963, que depois foi substituída pela União Africana (UA) em 2002 (UNIÃO AFRICANA, 2016). Essas organizações são norteadas de espírito fortalecedor de cooperação e promoção de bem-estar social na África em diversos domínios. Estas servirão, nesta sessão, como suporte de análise. Seria um pouco complicado discutir as estratégias do desenvolvimento em Guiné-Bissau sem relacioná-las ao contexto na qual nosso estudo está inserido (perspectiva africana), a fim de compreender como decorreu a agenda da

trajetória do desenvolvimento em África, nos planos estratégicos essenciais: industrialização, acumulação do capital, mobilização da mão de obra e planificação. Contudo, essa relação não servirá obrigatoriamente como eixo estruturante para análise do processo de desenvolvimento econômico guineense devido à especificidade que os demais países africanos possuem, mas é uma simples tentativa de compreender alguns aspectos conjunturais.

O desenvolvimento é um processo de mudança, seja social, política, econômica, cultural, que resulta em transformações positivas. Em outras palavras, podemos considerar o referido processo como melhoria da qualidade de vida, ou seja, aumento de crescimento e demais ferramentas sociais. Trata-se, entretanto, de um conceito muito ambíguo, devido à heterogeneidade da sua interpretação no que se refere ao progresso.

Na concepção do Santos (2013), o conceito de desenvolvimento evoluiu a partir dos meados do século XX, o qual é considerado o século do “triunfo”; o que foi capaz de acontecer por intermédio de diversos requisitos proporcionados pelo referido processo. Ora, ele considera o desenvolvimento como um dos principais processos de evolução que permite mudanças de diversas condições.

Ao passo que Lopes (2005) considera o desenvolvimento como processo de transformação que exige um conjunto de capacidades, habilidades que dão acesso à melhoria de determinadas condições. E essa capacidade está associada à capacidade individual, organizacional e institucional. Nesse caso, ele aponta os recursos humanos como fator principal no processo de desenvolvimento.

Na mesma perspectiva, Oliveira (2002) afirma que o desenvolvimento significa mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, nas instituições e nas estruturas produtivas. Para ele, esse conceito deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, social que depende essencialmente de capacidade ou características de cada país ou região e seu passado histórico.

Entretanto, Lopes (2005) e Oliveira (2002) analisaram o conceito de desenvolvimento na mesma perspectiva, e ambos consideram os recursos humanos como fator-chave desse fenômeno.

Discutindo o desenvolvimento a partir de um prisma sociológico, Coronel e Silva (2009) consideram o desenvolvimento como uma possibilidade de atender às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as futuras gerações atenderem às suas próprias necessidades, o que seria um desenvolvimento integrado o que chamamos de desenvolvimento sustentável.

Noutro ponto de vista, o desenvolvimento, de um modo geral, seria uma das prioridades para um país que pretende crescer e ter dependência econômica, isso seria como um pré-requisito fundamental no ponto de vista sociopolítico, econômico e cultural.

Na visão de Torres (2010), destacam-se três grandes estratégias de desenvolvimento no plano econômico, que caracterizaram as políticas seguidas depois da independência pela generalidade dos países africanos: a Estratégia de Substituição das Importações (ESI), a Estratégia de Promoção das Exportações (EPE) e a Estratégia das Indústrias Industrializantes (EII). Cada uma destas possui uma extensão específica, de acordo com a definição elaborada pelo autor.

A Estratégia de Substituição das Importações (ESI) iniciou nos anos 1960 e revelou-se um fracasso. Não pelo princípio em si, que tem fundamento desde que seja visto como uma “medida provisória”, mas porque a ESI foi tomada como um meio de importar produtos provenientes de fora do Continente Africano e não como um meio de iniciar a valorizar o mercado interno. Na maior parte dos países africanos, o erro dessa opção era visível logo nos princípios da sua aplicação. Mesmo assim, alguns dirigentes africanos insistiram em segui-la, em grande parte por razões ideológicas, apesar de que a maioria dos economistas, incluindo economistas africanos, tiveram conhecimento de sua inviabilidade. A falta de inovação tecnológica e a corrupção crescente mostraram claramente que era um ciclo vicioso, cujos limites foram, pouco e pouco, atingidos e as suas consequências agravadas (TORRES, 2010).

Assim, a Estratégia de Promoção de Exportações (EPE) também não foi efetiva, pois a África Subsaariana era desprovida de equipamentos ou de tradição industrial, por falta de entendimento da necessidade das competências e de recursos humanos qualificados (com exceção da África do Sul), não havia nada para exportar para além de matérias-primas brutas e produtos agrícolas, claramente insuficientes para promover um desenvolvimento diversificado e dinâmico. A Tunísia, na África do Norte, foi o único país que conseguiu enquadrar essa realidade sob a orientação pragmática do ex-presidente Habib Bourguiba, a qual apostou nas exportações de produtos manufaturados, ainda que em indústrias artesanais ou de pequena dimensão baseadas na valorização do artesanato, que souberam integrar algumas inovações tecnológicas.

Por outro lado, a Estratégia das Indústrias Industrializantes (EII), teorizada na época pelo professor Gérard Destanne de Bernis, publicada em 1988, era uma modalidade ambiciosa da substituição de importações, com uma aposta nas indústrias pesadas a montante (petroquímica, siderurgia, etc.) e a sua integração com a procura a jusante (máquinas,

ferramentas, produtos químicos, etc.), tudo à medida de um idílico mercado interno integrado, onde a indústria e a agricultura se alimentariam recíproca e harmoniosamente.

Conforme a nossa leitura, essas estratégias tiveram um enquadramento instável para a maioria dos países africanos, logo no princípio de sua aplicação, como no caso de ESI. Esse modelo era muito inadequado, por falta de inovações de tecnologias de informação e crescente ritmo de corrupção nos aparelhos de Estado; por fim, foi um processo inadequado que criou grandes barreiras alfandegárias, apesar de que alguns dirigentes africanos persistiram em segui-lo meramente por razões ideológicas. Ora, no caso de EPE, em algumas zonas de África, ele ocorreu sem sucesso, por causa de escassez certos recursos necessários no momento, mas conseguiu se enquadrar noutros países, por exemplo, a Tunísia.

Para Anjos (2005 apud, SANTOS, 2013, p. 73), “a estratégia do desenvolvimento em África significa estímulo ao desenvolvimento de atividades econômicas para áreas específicas, por exemplo: território de oportunidades e demais áreas viáveis”. Trata-se de criar alternativas somente às atividades econômicas de acordo com a vocação local, além de possibilitar o desenvolvimento das habilidades da população, através de diversos critérios, a fim de prepará-los para as novas exigências do mercado e necessidades da sociedade.

Santos (2013, p. 73) salienta que, para alcançar essa meta, necessita-se de “planos estratégicos viáveis que possibilitam a articulação das demandas do público-alvo”. Sendo assim, o relatório de agenda da Comissão da União Africana (2016, p. 33), indica que a África precisa enfrentar seguintes desafios:

Um rápido crescimento demográfico e da urbanização, a melhoria dos habitats e o acesso às necessidades básicas da vida água, saneamento, eletricidade; providência da segurança social e proteção; desenvolvimento do capital humano e social (através da educação e revolução das competências, realçando a ciência e a tecnologia); acesso aos serviços de cuidados de saúde de qualidade, particularmente para as mulheres e meninas; transformação das economias africanas através da beneficiação dos recursos naturais de África, manufaturação, industrialização e acréscimo de valor, bem como o aumento da produtividade e da competitividade; transformação radical da agricultura africana de modo a possibilitar o continente a alimentar-se a si próprio e ser um grande ator na qualidade de exportador de alimentos brutos; explorar o vasto potencial da economia.

A construção de uma África integrada, próspera e pacífica, conduzida pelos seus próprios cidadãos, ao mesmo tempo, representando uma forte dinâmica no contexto internacional, baseada politicamente nas ideais pan-africana, seria um dos caminhos a seguir para alcançar o desenvolvimento bastante almejado.

Conforme Rolim (2009, p. 18), “o desenvolvimento agrícola poderá trazer grandes vantagens para a redução da pobreza sendo essa estratégia é como uma vista positiva é uma das

transformações positivas para a sociedade”, o que implica um forte investimento nos recursos naturais. Em outras palavras, o autor salienta que:

É importante realçar que as condições básicas para a efetividade das estratégias de redução da pobreza em África assentam-se primeiramente na estabilidade social, política e econômica, na manutenção do crescimento econômico, em uma governança de boa qualidade que busque a criação de um ambiente favorável ao estabelecimento de uma economia de mercado, uma legislação clara e simples e, sobretudo, um intenso combate à corrupção. (ROLIM, 2009, p. 20)

Portanto, significa que, para desenvolver a África, não significa somente adotar planos estratégicos eficientes ao contexto, ou seja, projetos viáveis ao modelo de desenvolvimento aos países africanos, mas também exige um conjunto de critérios, tais como: capacidade, honestidade governativa e planificação.

Conforme relatório de Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD, 2016), globalmente, a África tem uma das taxas mais rápidas de melhoria no desenvolvimento humano ao longo das últimas duas décadas, apesar de um nível médio mais baixos de desenvolvimento em comparação com outras regiões do mundo. Provavelmente, nem todos os países africanos têm um nível baixo de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Pode-se afirmar que alguns deles estão em constante aceleração no processo de crescimento.

Contudo, entende-se que, segundo (PNUD, 2016, p. 13):

Dezessete países africanos das cinco de sub-regiões alcançaram um Desenvolvimento Humano médio e alto: cinco na África Austral, cinco na África do Norte, quatro na África Central, dois na África Ocidental e um na África Oriental.

Uma realidade que representa ainda enormes esforços na trajetória do desenvolvimento.

Nesse âmbito (PNUD, 2016), a África ocidental apresenta 27.766% da evolução do valor IDE de 1990-2014 entre o grupo dos países apresentados. Houve necessidade de a África aderir a uma organização, então, “nos últimos vinte anos, criaram-se várias comunidades econômicas: na África Ocidental a CEDEAO (que reúne países francófonos, anglófonos e lusófonos⁶), que acolheu recentemente a Guiné-Bissau” (TORRES, 1996, p. 28). Desde então, criaram essa organização em 1975 com o objetivo de promover a cooperação e a integração regional entre os estados membros (Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa de Marfim,

⁶ Francófonos designa grupo dos países colonizados pela antiga colônia francesa, ou seja, países que utilizam a língua francesa como língua oficial; anglófonos designa grupo dos países colonizados pela antiga colônia inglesa, ou seja, países que utilizam a língua inglesa como língua oficial; lusófonos designa grupo dos países colonizados pela antiga colônia portuguesa, ou seja, países que utilizam a língua portuguesa como língua oficial.

Gambia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo).

6.2 ESTRATÉGIAS DO DESENVOLVIMENTO EM GUINÉ-BISSAU: CONTEXTO A PARTIR DE DOCUMENTO DE ESTRATÉGIA NACIONAL DE REDUÇÃO DE POBREZA (DENARP)

A expressão “rumo ao desenvolvimento” tem sido utilizada como uma palavra-chave nos discursos políticos em Guiné-Bissau, posto que o fato virou prioridade para os governos que dirigiram o país depois da independência em 1973, porém nunca se realizou. Contudo, esse debate continua marcando algumas agendas políticas do país, nomeadamente um dos documentos sobre agenda de desenvolvimento em Guiné-Bissau é designado de Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP) e apresenta várias propostas relativas à questão do desenvolvimento.

É notório que Guiné-Bissau é um país marcado por um sistema político essencialmente ligado à persistência da instabilidade política e fragilidade do Estado de Direito Democrático, algo que reflete muito nas condições de vida de população e no processo de desenvolvimento sustentável. Nessa perspectiva, o governo da Guiné-Bissau, em parceria com o Ministério da Economia, Plano e Integração Regional, elaborou o referido documento como um indicador que reúne diversos requisitos com o propósito de reduzir significativamente a pobreza nas suas múltiplas dimensões e criar oportunidades voltadas aos objetivos do desenvolvimento de milênio.

Conforme Dowbor (1983, p. 26):

nos meados de 1983-1986, decorreu o primeiro plano para materialização das estratégias do desenvolvimento de Guiné-Bissau, no qual sua execução dependia fundamentalmente de compreensão por parte de todos os setores sociais para mobilização das forças de nação.

Com isso, percebe-se que a principal prioridade desse plano era o cumprimento dos objetivos que refletiam os anseios mais profundo do povo, para constituição dos instrumentos que possam juntar as forças sociais em detrimento dos objetivos, salienta Dowbor (1983). Noutro âmbito, ele admite que o investimento é o caminho com o qual se constrói uma economia; ora, trata-se de criação de planos viáveis ao espaço no qual os investimentos serão aplicados. Ele afirma que a política de investimento adotada pelo país naquela época

caracterizou-se pela concentração dos recursos em capital, assim a proporção do crescimento não se enquadrou com o modelo proposto.

Logo, o governo de Guiné-Bissau assumiu uma adoção progressiva da estratégia de redução da pobreza, com base numa visão holística das questões de desenvolvimento nacional e do exercício de planificação participativo cujos compromissos da Guiné-Bissau, tanto a nível internacional como continental, incidiam em escolhas estratégicas de redução da pobreza, ao reforço da paz, segurança e melhoria da qualidade dos serviços sociais básicos (DENARP, 2011). Nesse âmbito, foram definidos quatro eixos estratégicos que visam promover o emprego e melhorar o acesso aos serviços públicos básicos de qualidade, em que se destacam os seguintes eixos:

Eixo II: Assegurar um ambiente macroeconómico estável e incitativo

Este eixo atribui uma importância estratégica para os fundamentos macroeconómicos e a boa gestão das finanças públicas a fim de criar condições óptimas para a retoma do crescimento e desenvolvimento do sector privado. Com seguintes prioridades: Melhorar a base macroeconomia e a gestão das finanças públicas; promover o desenvolvimento do sector privado; reorganizar o sector privado na promoção e investimento em energias de fraca emissão de carbono, nomeadamente as energias renováveis descentralizadas.

Eixo III: Promover o desenvolvimento económico durável

Baseado na importância do crescimento económico e na redução da pobreza. No qual deve-se pela escolha mais estratégica de certos sectores produtivos, susceptíveis de criar empregos e diversificar as bases de produção. As principais prioridades deste eixo são: Apoio e acompanhamento do desenvolvimento das fileiras promissoras no sector agrícola (agricultura, pesca, pecuária), assim como o turismo; acelerar o desenvolvimento das infraestruturas económicas básicas, incluindo as energéticas e transportes (rodoviário, marítimo, fluvial e aéreo); promoção do emprego, sobretudo dos jovens no quadro duma política nacional de emprego e formação profissional de um plano de ação plurianual direcionado; Desenvolver as capacidades institucionais, técnicas e financeiras que permitirão à Guiné-Bissau tomar medidas rápidas/urgentes para fazer face as catástrofes climáticas que podem prejudicar a consecução dos objetivos de desenvolvimento.

Eixo IV: Elevar o nível de desenvolvimento do capital humano

O presente eixo, centrado na aceleração do processo de realização dos objetivos do desenvolvimento de milénio (ODM), que visa desenvolver o capital humano no quadro da melhoria da vida da população e de género, no contexto das novas políticas setoriais e transversais. Este eixo está assentado em: Elevar o nível de desenvolvimento do capital humano pela continuação dos esforços para melhorar os sistemas de educação, saúde e alfabetização; melhorar o acesso à água potável e de condições de vida das populações, através da criação de programas voltados para tornar a água mais acessível principalmente nas áreas rurais e desenvolver a infraestrutura adequada para o saneamento. (DENARP, 2011, p. 10-12)

Os pontos acima destacados estabeleceram um conjunto de propostas voltadas a novas exigências da globalização nas quais constatamos alguns elementos, ou seja, indicadores que poderão consolidar o processo de aceleração económica, tanto no setor público como no privado. Dessa forma, as referidas propostas destacaram elementos que, de certa forma, dizem respeito à questão de habilidade e capacidade, uma vez que sejam fatores indispensáveis no

avanço institucional bem como melhoria na execução de planos estratégicos essenciais em qualquer setor produtivo. A referida análise estabeleceu prioridades comprometidas com as necessidades vigentes no país, no que se trata da mobilização de recursos que possam corresponder às suas expectativas no processo de desenvolvimento, implementação de políticas públicas e boa gestão. Por outro lado, salientou-se a importância dos recursos humanos como sendo um dos elementos de muito essencial na capacitação de quadros para darem respostas às exigências atuais. Como bem sabemos, o processo de desenvolvimento exige um conjunto de capacidade e habilidades para que seus intervenientes consigam exercer determinadas funções.

6.3 CONTEXTUALIZAÇÕES DA CIDADE DE BUBA: ESTRATÉGIA DE CONSTRUÇÃO DE PORTO DE BUBA COMO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Buba é uma cidade em que a maioria da população vive essencialmente da pesca, da agricultura e do comércio. A cultura é essencialmente de arroz, amendoim e milho. Todas essas atividades possuem uma enorme compatibilidade nessa zona devido às condições ambientais que o local apresenta. A grande parte da população exerce o trabalho informal⁷, visto que o comércio, a agricultura e a pesca artesanal são atividades predominantes para proveito de diferentes produtos agrícolas. Nesse caso, os produtos agrícolas são quase muito volumosos devido ao grande número de famílias que o desenvolvem, fato que justifica a predominância dessa atividade.

Eduardo Ehlers (1994) considera que a necessidade urgente de conciliar a produção agrícola com a conservação ambiental e a viabilidade econômica da agricultura é algo reconhecido como uma prioridade inegável. Desse modo, trata-se da atividade predominante nessa comunidade, por existir um grande número de famílias que se dedicam à produção agrícola de diversos produtos, como legumes, amendoim, feijão, arroz e demais produtos consumidos no país, o que implica um número considerável de população sustentada pela agricultura familiar. No caso de hortaliças, existe mais a presença das *mindjeris bideras* (que significa, em crioulo da Guiné-Bissau, mulheres vendedoras ambulantes) que vivem de comércio para sustentar a família.

Entretanto, a comercialização de peixe também faz parte das atividades exercida pelas mulheres dessa comunidade. Por isso, a UICN (2000) desenvolveu um projeto de apoio para

⁷ O termo “Trabalho informal” é aqui utilizado como o trabalho sem vínculos registrados na carteira de trabalho ou documentação equivalente, sendo geralmente desprovido de benefícios como remuneração fixa e férias pagas.

formação e capacitação destinado a essas mulheres para conservação de diferentes espécies de peixes com intuito de desenvolver o setor da pesca artesanal e facilitar sua comercialização para exterior.

As atividades do setor primário facilitam a participação da comunidade no processo de desenvolvimento, a partir do momento em que suas ações conseguem gerar certo impacto, a nível socioeconômico. Essa localidade representa grandes vantagens em respeito à implementação de investimentos, nos âmbitos cultural, social e econômico.

6.3.1 Rio Grande de Buba

O setor de Buba pertence a uma zona de grande expectativa no ponto de vista econômico devido a sua estratégia em termos geográficos e condições naturais, mas se encontra num estágio de grande insuficiência de mecanismos necessários no processo de desenvolvimento por motivos da fraca atuação do Estado no que se refere às aplicações de políticas públicas necessárias à referida comunidade.

Diante disso, o relatório de União Internacional para Conservação da Natureza (UICN) adverte que a “região experimentou intensos combates durante a guerra de independência do país entre 1962-1974, fato que contribuiu para o isolamento de grandes projetos de desenvolvimento do período socialista por volta dos anos 1975-1990” (UICN, 2000, p. 6, *tradução nossa*)⁸. Guiné-Bissau ainda é um país com grande centralização das atividades em centros urbanos, nomeadamente no centro administrativo, que é cidade de Bissau, o que inviabiliza muitos projetos que poderiam ser úteis para as zonas rurais.

Apesar disso, o setor de Buba é uma das cidades da Guiné-Bissau que apresenta grandes vantagens, inclusive um rio denominado Rio Grande de Buba, ou seja, “Porto de Buba”, situado no Sul da Guiné-Bissau, concretamente na região administrativa da Quinara, com seguintes características: 18 metros de profundidade e capacidade para receber, em simultâneo, três navios de grandes portes com 70 mil toneladas de carga, ao contrário do porto da capital Bissau, que possui apenas capacidade para navios de 10 mil toneladas (IBAP, 2009).

⁸ “La région connaîtra des combats intenses lors de la guerre d’indépendance (1962-1974), puis un isolement par rapport aux grands projets de développement de la période socialiste (1975-1990). Pendant cette dernière période l’organisation sociale et matérielle est très centralisée, sans contre-pouvoir de type associatif”.

6.3.1.1 Contextualização do conceito do porto e sua importância para Buba

Conforme Paiva (2006), o porto é uma área abrigada das ondas e correntes, localizada à beira de um oceano, mar, lago ou rio, destinada à conexão de barcos e navios, com o pessoal e serviços necessários ao carregamento e descarregamento de carga e ao estoque, bem como instalações para o movimento

Sendo assim, pode-se considerar como um instrumento a serviço do desenvolvimento local ou regional por meio de funções e organizações institucionais em que se exercem serviços de pequenas ou grandes atrações. Uma instalação portuária, ou seja, cidade portuária de qualquer dimensão pode servir como um corredor ou canal de atração e distribuição de grandes serviços no âmbito da industrialização.

O comércio colonial intercontinental realizado entre as potências coloniais europeias, a partir do século XVI, teve grande êxito graças às séries de pequenos núcleos portuários que se encontravam nas respectivas zonas de ocupação. Devido a esses e outros atributos, os países europeus envolvidos desenvolveram, ao longo dos tempos, a evolução e estruturação dos mercados. Para muitos desses países, as atividades marítima e portuária não foram somente uma das principais fontes de bem-estar e emprego, mas também uma das vias fundamentais de progresso (PAIVA, 2006)

Para Monié e Vidal (2006), o porto não é apenas um corredor, ele é mais de que um instrumento a serviço de projetos de desenvolvimento, considerado nas diversas características do mundo globalizado, em que se destacam a prática que prioriza a agilidade nas conexões de transporte de bens ou serviços. Também contribui para uma maior valorização das potencialidades locais, que deveriam interagir com a dinâmica do comércio local ou global sob a ótica da sustentabilidade.

Por essa razão, os portos têm enorme importância na dinamização do setor industrial, porém ele serve de meio de circulação que possibilita o processo de importação e exportação dos produtos, contribuindo de forma positiva na promoção de emprego e mão de obra.

Por exemplo, no Brasil, os investimentos realizados em infraestrutura e equipamentos portuários se inscreveram numa dinâmica de modernização sistemática dos instrumentos técnicos suscetíveis de valorizar as vantagens comparativas da economia por intermédio das operações marítimas. Nesse caso, destaca-se o Porto de Santos, considerado o maior porto do Brasil, responsável pela movimentação de pouco mais de 27% da carga transportada no país, com hegemonia reafirmada ao longo do tempo. Ele dispõe de uma rede de acessibilidade favorável, cuja cadeia produtiva inclui elementos dentro e fora das fronteiras brasileiras

(MONIÉ; VIDAL, 2006). Trata-se de trocas comerciais nacionais e internacionais, sendo o transporte marítimo responsável por grande parte dos fluxos e bens materiais entre continentes ou países, enquanto, na visão do Paiva (2006, p. 16), “as atividades e funções portuárias são identificadas por macro – perspectivas políticas, geográficas, econômicas e sociais”. Portanto, é indispensável a análise dos aspectos a seguir:

Do ponto de vista das políticas públicas, os portos são como catalisadores econômicos das regiões em que atuam, onde a agregação de serviços e atividades cria benefícios econômicos e sociais, incluindo o planejamento e expansão urbanos, segurança e sustentabilidade ambiental. Do ponto de vista geográfico, associa-se o desenvolvimento portuário com o planejamento e gerenciamento urbanos, em particular com a interface porto-cidade em que as atividades portuárias são separadas das áreas de uso urbano por uma “zona de interface”. Suas ligações com o mar permitiram o desenvolvimento de importantes atividades econômicas, como a indústria naval e de pesca e o comércio internacional. (PAIVA, 2006, p. 16)

Para Ribeiro e Siqueira (2012, p. 389), “o porto se integra num todo urbano desde o início da colonização, e simboliza o lugar de protagonista no desenvolvimento das cidades”. De certa forma, acompanhando o desenvolvimento urbano e social das cidades para sua integração ao mundo externo e, ao mesmo tempo, contribuir com as mudanças que se processavam nas sociedades locais. Ainda se salienta que os países inseridos nos “fluxos do comércio global empreenderam reformas portuárias que aplicaram algumas receitas institucionais e operacionais universais para conferir maior competitividade aos portos e à base produtiva nacional” (MONIÉ; VIDAL, 2006, p. 983).

As abordagens feitas acima nos permitem ter uma visão acerca da importância da construção do Porto de Buba, considerando suas diversas possibilidades. Com isso, destaca-se a posição geográfica como um dos fatores que lhe possibilita grandes possibilidades estratégicas estratégico, pois proporcionará um “desvio significativo do tráfego comercial proveniente de Mali, Burkina-Faso e Guiné-Conakry em benefício do Porto de Buba, para a sua utilização como plataforma comercial internacional” (IBAP, 2009, p. 8). Nessa lógica, os portos consolidam o desenvolvimento urbano e social das cidades por intermédio das dinâmicas e da integração ao mundo externo e, ao mesmo tempo, contribui com as mudanças que, de certa forma, se processam na sociedade local, sejam positivas ou negativas. Devido à dimensão dos investimentos traçados na agenda para construção desse porto, futuramente, ele tornará a cidade de Buba um dos principais centros econômicos do país, tendo em conta as influências que as cidades portuárias exercem em termos das viabilidades sociopolíticas, econômicas e infraestruturais.

7 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Segundo Marconi e Lakatos (2010, p. 65), método é:

o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo conhecimentos válidos e verdadeiros traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

Já a metodologia, na concepção de Gerhardt e Silveira (2009), é o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência. Quanto à sua natureza, para Oliveira (2011), a metodologia pode ser qualitativa e quantitativa.

Dada a natureza da nossa pesquisa, optamos por trabalhar com a abordagem qualitativa, que utiliza “os dados buscando seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto” (OLIVEIRA, 2011, p. 24). Por outro lado, Gil (1999, apud OLIVEIRA, 2011) salienta que o uso desse tipo de abordagem ocasiona o aprofundamento da investigação das questões relacionadas ao fenômeno em estudo e das suas relações, mediante a máxima valorização do contato direto com a situação estudada, buscando-se o que era comum, mas permanecendo, entretanto, aberta para perceber a individualidade e os significados múltiplos.

Gil (2008) define a análise qualitativa como um conjunto de princípios e práticas orientadoras do processo, que é concomitante à coleta de dados sistemáticos e compreensivos em que o pesquisador se torna parte integrante do processo. Enquanto na perspectiva de Lakatos e Marconi (2010), a pesquisa qualitativa trata-se de uma pesquisa que tem como premissa analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo sua complexidade do comportamento humano e ainda fornecer análises mais detalhadas sobre as investigações, atitudes e tendências do assunto pesquisado. Nesse caso, deve-se observar diversas informações relativamente ao processo de desenvolvimento relacionado ao estudo principalmente aquele que, de certa forma, se consolida com a conjuntura do desenvolvimento em África e Guiné-Bissau.

Técnica subentende o modo de proceder em seus menores detalhes, a operacionalização do método segundo normas padronizadas. “É o resultado da experiência e exige habilidade em sua execução. Ela pode ser técnica quanto à coleta de dados e quanto à análise dos mesmos” (OLIVEIRA, 2001, p. 19). A coleta de dados busca informações para a elucidação do fenômeno ou fato que o pesquisador quer desvendar. E o instrumento que o pesquisador usa nesse processo deve ser válido, confiável e preciso (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Apesar de as técnicas

usadas nas pesquisas serem variadas, preferimos utilizar a pesquisa bibliográfica tendo em conta a natureza do nosso trabalho.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos (GIL, 2008). Nesse sentido, serão analisadas diferentes fontes dos assuntos que discutiram os conceitos do “desenvolvimento” relacionado ao contexto africano, tais como: livros, teses, dissertações, monografias, artigos científicos que abordaram a mesma temática, com uso de fontes relacionados à situação do país (Guiné-Bissau), sejam eles sociais, políticas e econômicos, na tentativa de estabelecer uma análise sobre as estratégias do seu desenvolvimento através da construção do Porto de Buba.

Esse tipo de pesquisa, segundo Gil (2008), apresenta uma grande vantagem, na medida em que permite ao pesquisador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais abrangente do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. Assim sendo, estes são os procedimentos que serão norteados para construção deste trabalho.

REFERÊNCIAS

- AUGEL, Moema Parente. **O Desafio do Escombro**: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2007.
- BALDÉ, Buba-Quebo. **Corredor de Desenvolvimento no Sul da Guiné-Bissau**. Dissertação (Mestrado em Estudos Africanos) - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/2INF7Dm>>. Acesso em: 18 set. 2017.
- BARROS, Miguel (Coord.). **A sociedade civil e o estado na Guiné-Bissau**: Dinâmicas, Desafios e Perspectivas. U.E. PAANE, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2jqDIrg>. Acesso em: 17 mar. 2018.
- BENZINHO, Joana; ROSA, Marta. **À Descoberta da Guiné-Bissau**: guia turístico. Coimbra: União Europeia, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2xdfEC1>. Acesso em: 10 set. 2017.
- CORONEL, Daniel Arruda; SILVA, José Maria Alves da. Ética e desenvolvimento sustentável. **Revista de Economia e Agronegócio**, v. 7, n. 3, p. 287-312, 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/2sfVXDI>>. Acesso em: 2 out. 2018.
- DOWBOR, Ladislau. **A busca da independência Econômica**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- EHLERS, Eduardo Mazzaferro. **O que se entende por agricultura sustentável?** Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental - Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-25112011-091132/pt-br.php>>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GUINÉ-BISSAU. **Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP)**. Bissau: Ministério da Economia, Plano e Integração Regional, 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/2xeppjz>>. Acesso em: 20 mar. 2018.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). **Método de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/2pUuXcj>>. Acesso em: 12 mar. 2018.
- INSTITUTO DE BIODIVERSIDADE DAS ÁREAS PROTEGIDAS (IBAP). **Relatório preliminar do processo de construção do Porto de Buba e seus impactos**. Buba: IBAP, 2009. Disponível em: <<http://www.didinho.org/Arquivo/RELATORIO-IBAP.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2018.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). **Indicadores-chave. Bissau**: República da Guiné-Bissau, **Ministério da Economia e Finanças**, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2P13zYb>>. Acesso em: 15 jan. 2018
- LOPES, Carlos. **Cooperação e Desenvolvimento humano**: agenda emergente para o novo Milênio. São Paulo: UNESP, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MONIÉ, Frédéric; VIDAL, Soraia Maria do S. C. Cidades, portos e cidades portuárias na era da integração produtiva. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 6, p. 975-995, nov./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v40n6/03.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

OLIVEIRA Gilson Batista. Uma discussão sobre o conceito de Desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48, maio/ago. 2002. Disponível em: <<https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/477/372>>. Acesso: 25 abr. 2018.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira. **Metodologia Científica**: um manual para a realização de pesquisas em administração. Catalão: Universidade Federal de Goiás, 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/1Hsbb7l>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

PAIVA, Rodrigues Tavares. **Zonas de Influência Portuárias (*Hinterlands*) e um Estudo de Caso em um Terminal de Contêineres com a Utilização de Sistemas de Informação Geográfica**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Industrial) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Industrial, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<https://bit.ly/2pWlUry>>. Acesso em: 31 jul. 2018.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Acelerar a igualdade de gênero e o Empoderamento das Mulheres em África**: Relatório Africano de Desenvolvimento Humano. 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2NGN2UM>>. Acesso: 7 jan. 2018.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. **Constituição da República**. Bissau: Assembleia Nacional Constituinte, 1996. Disponível em: <<https://bit.ly/2IWkZCn>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

RIBEIRO, Luiz Cláudio Moisés; SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. Portos e cidades: expansão e modernização dos portos de Vitória (séc. XX-XXI). **Dimensões**, v. 28, p. 3985-412, 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/2OgZgV0>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

ROLIM, Cássio. **O empobrecimento da África e as estratégias atuais para reversão da situação**. Curitiba: Universidade do Paraná, Departamento de Economia, 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/2KRc5Dm>>. Acesso: 20 fev. 2018.

SANTOS, Marco Olímpio Gomes dos. **Reflexões breves em torno do Conceito de Desenvolvimento**. Évora: Universidade de Évora, 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/2IOABol>>. Acesso em: 20 set. 2011.

TEIXEIRA, Dumas. **Golpe de Estado na Guiné-Bissau**. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. Disponível em: <<https://bit.ly/2ksx0Sn>>. Acesso em: 20 set. 2017.

TORRES, Adelino. **Horizontes do Desenvolvimento Africano**: No Limiar do Século XXI. Lisboa: Nova Vega Universidade, 1996. Disponível em: <<https://bit.ly/2JdriBw>>. Acesso em: 12 set. 2017.

_____. África: meio século de independência. **Janus**, 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/2zxes64z>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

UNIÃO AFRICANA (UA). COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA. **Plano de Implementação para a Primeira Década - 2014-2023**. 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2PD6EuO>>. Acesso em: 26 jan. 2018.

UNION MONDIALE POUR LA NATURE (UICN). **Pêche artisanale, développement et cogestion durables des ressources: analyse d'un succès em Afrique de l'Ouest**. Norwich: Page Brothers, 2000. Disponível em: <<https://bit.ly/2s7qpAG>>. Acesso em: 12 fev. 2018.